

# O

# AUDITOR

ANO 1, 3ª EDIÇÃO

SEDE DO SINDIFISCO RECEBE  
VISITA HISTÓRICA DE UM CHEFE  
DE ESTADO

# EDITORIAL

Olá colegas,

Conquistas, lutas, reconhecimento e resultados de ações marcam os principais temas da nossa terceira revista. No início deste ano, nos colocamos à disposição do Governo do Estado para ajudar a sanar a crise financeira. Montamos um plano de ação emergencial que apontou a possibilidade de incrementar a arrecadação estadual em torno de R\$ 8 bilhões em até 24 meses e integramos o grupo de trabalho que estuda a nova estrutura da administração pública estadual. Dois auditores-fiscais participaram ativamente dos trabalhos da equipe e evitaram qualquer chance de desmonte da pasta fazendária.

Também neste ano, novos profissionais passaram a integrar as coordenações subordinadas à Superintendência Executiva da Receita, pasta da Secretaria de Estado da Economia. Dez auditores fiscais foram nomeados ou remanejados pela nova equipe de governo, baseados em afinidades e perfis de acordo com cada cargo, conquista de ações organizadas do sindicato.

Também apertamos ainda mais o cerco contra a sonegação. Exemplo dessa intensificação dos trabalhos aconteceu em Cristalina, em 2013, onde uma fiscalização de rotina deu início a uma grande blitz que ultrapassou as fronteiras do nosso Estado. A Operação Gran Família combateu fraude e sonegação de grãos em território goiano, no Mato Grosso e em São Paulo. E a situação fiscal goiana também melhorou significativamente de 2015 para 2018. Goiás não integra a lista dos Estados brasileiros que, mesmo após a renegociação das dívidas com a União, em 2016, tiveram uma piora em indicadores fiscais.

Temos muito a comemorar, mas também ainda muito a fazer e a conquistar. Nossas demandas caminham conosco lado a lado, em cada visita, em cada reunião, em cada discurso. A luta é permanente e, com o apoio de cada auditor-fiscal, vamos ter muito a contar. Venha conosco!

**Paulo Sérgio**  
Presidente Sindifisco-GO



Estar em dia com sua contribuição sindical é apoiar o fortalecimento à defesa dos direitos e interesses da nossa categoria.

#### LEMBRE-SE:

Somente filiados que estão em dia com a sua contribuição recebem benefícios exclusivos, como a assistência do nosso departamento jurídico, que atende com custo zero a ações coletivas e individuais.

#### EXPEDIENTE

O Auditor é uma publicação do Sindicato dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás – Sindifisco-GO, distribuída gratuitamente para seus filiados e mercado.

#### PRODUÇÃO EDITORIAL

Kasane 360°

#### REPORTAGEM

Carolina Oliveira

#### JORNALISTA RESPONSÁVEL

Renata Vieira

#### PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E ARTE

Kasane 360°

Sindifisco-GO  
Quadra F18, Lote 53, R. 94, 409 - St. Sul,

Goiânia - GO, 74080-100  
62 3218-5599

contato: [sindifisco@sindifiscogo.org](mailto:sindifisco@sindifiscogo.org)

[www.sindifiscogo.org](http://www.sindifiscogo.org)

[facebook.com/sindifiscogo](https://facebook.com/sindifiscogo)

[instagram.com/sindifiscogo](https://instagram.com/sindifiscogo)

[twitter.com/sindifiscogo](https://twitter.com/sindifiscogo)

Assessoria de Imprensa Sindifisco-GO

Kasane 360°

[www.kasane.com.br](http://www.kasane.com.br)

62 3945 7396



# ÍNDICE

CONGRESSO

06



Congresso reúne especialistas para discutir relação fisco-contribuinte

08

ECONOMIA

Situação fiscal de Goiás melhora de 2015 para 2018

7 MEDIDAS

13

Plano de ação prevê incrementar arrecadação estadual em R\$ 8 bilhões em até 24 meses

CATEGORIA

10

Luta pela valorização e direitos dos servidores públicos



16

CAPA

Sede do Sindifisco recebe visita histórica de um chefe de Estado





CONGRESSO

## CONGRESSO REÚNE ESPECIALISTAS PARA DISCUTIR RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE

*Diretoria do Sindifisco-GO esteve no Congresso Luso-Brasileiro de Auditores Fiscais, realizado em São Paulo, que contou com nomes com Henrique Meirelles, Miguel Viegas e Fernanda Pacobahyba*

A diretoria do Sindicato dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás (Sindifisco-GO) marcou presença no 4º Congresso Luso-Brasileiro de Auditores Fiscais, realizado de 17 a 19 de junho deste ano em São Paulo, que teve como tema o 'Novo Paradigma na Relação Fisco-Contribuinte'. O presidente Paulo Sérgio do Carmo e os diretores Cláudio Modesto e loga de Oliveira Lara, atualizaram seus conhecimentos e estreitaram relações com os palestrantes e colegas de outras federações.

"Defendemos o fim das desigualdades na medida em que, na nossa atividade, defendemos o fim da sonegação. Mas ouvir de grandes nomes mundiais experiências exitosas sobre modelos de arrecadação e o fim

da desigualdade nos enche de esperança de que, de fato, nossa luta terá um final onde nossa sociedade encontrará o caminho da equidade", ressalta Paulo do Carmo.

As palestras magnas do primeiro dia do evento foram ministradas pelo secretário da Fazenda e Planejamento de São Paulo, Henrique Meirelles, e pelo secretário da Receita Federal, Marcos Cintra. As abordagens traçaram cenários da política tributária nacional nos níveis estadual e federal.

Um dos destaques nas palestras do primeiro dia de congresso, a secretária da Fazenda do Ceará, Fernanda Pacobahyba, coordenou o painel 'A desorga-

nização da economia e da tributação'. "A constituição é o texto legal mais vilipendiado do país", frisou, ao concluir que o desrespeito à constituição é o grande mal que contamina o ambiente tributário e emperra a economia brasileira. Para ela, os gestores públicos brasileiros necessitam trabalhar focados na ética e na qualidade dos gastos e que, do contribuinte, não se deve exigir "nenhum centavo a mais, mas, também, nenhum a menos".

Os diretores do Sindifisco-GO aproveitaram o momento para convidar a secretária da Fazenda do Ceará para visitar Goiás e expor sua visão de administração tributária, que aceitou o convite. "Liguem para a minha secretária agendar e digam que estão cobrando minha promessa de visitar Goiás", disse.

### Desigualdade

O segundo dia do 4º Congresso Luso-Brasileiro de Auditores Fiscais foi marcado pelo tema 'O papel dos impostos no combate às desigualdades', com as presenças do deputado do Parlamento Europeu, Miguel Viegas; do economista Eduardo Moreira e do auditor fiscal do Rio Grande do Sul, Giovanni Padilha. Eles falaram dos tributos na Europa e no Brasil e sobre o papel deles na redistribuição de renda. O debate foi moderado pelo vice-presidente do Sindicato dos Agentes Fiscais do Estado de São Paulo (Sinafresp), Glauco Honório.

O economista Eduardo Moreira utilizou gráficos para mostrar a desigualdade social e econômica no mundo e como a redistribuição de renda pode amenizar os efeitos da disparidade entre ricos e pobres. Segundo ele, se fosse mantida a distribuição de renda que existe hoje no mundo, com uma redistribuição de apenas US\$ 5,50 por dia por habitante, a economia teria que crescer 175 vezes, o equivalente a 17.500%. "Não existe solução matemática que não passe por uma redistribuição de renda", enfatizou Moreira. Para ele, os mais afetados são os pobres que gastam tudo o que ganham e não conseguem poupar.



Moreira enfatizou que os países mais desenvolvidos do mundo não são os que têm os ricos mais ricos, mas os que têm os pobres mais ricos. "Nestes países ninguém é um peso econômico, todo mundo acorda todos os dias e consegue dar a sua contribuição para a geração de riquezas", explicou.

### Europa

O terceiro dia do evento abordou o Imposto sobre o Valor Adicionado - IVA - europeu, tributo conhecido por sua efetividade e prestígio na União Europeia e em diversos países ao redor do mundo e suas aplicações. O painel foi mediado pelo presidente da Associação Sindical dos Profissionais da Inspeção Tributária e Aduaneira (APIT), Nuno Barroso, e contou com a participação do presidente da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais de Tributos dos Municípios e Distrito Federal (Anafisco), Cássio Vieira, e de personalidades técnicas e acadêmicas conhecidas internacionalmente.

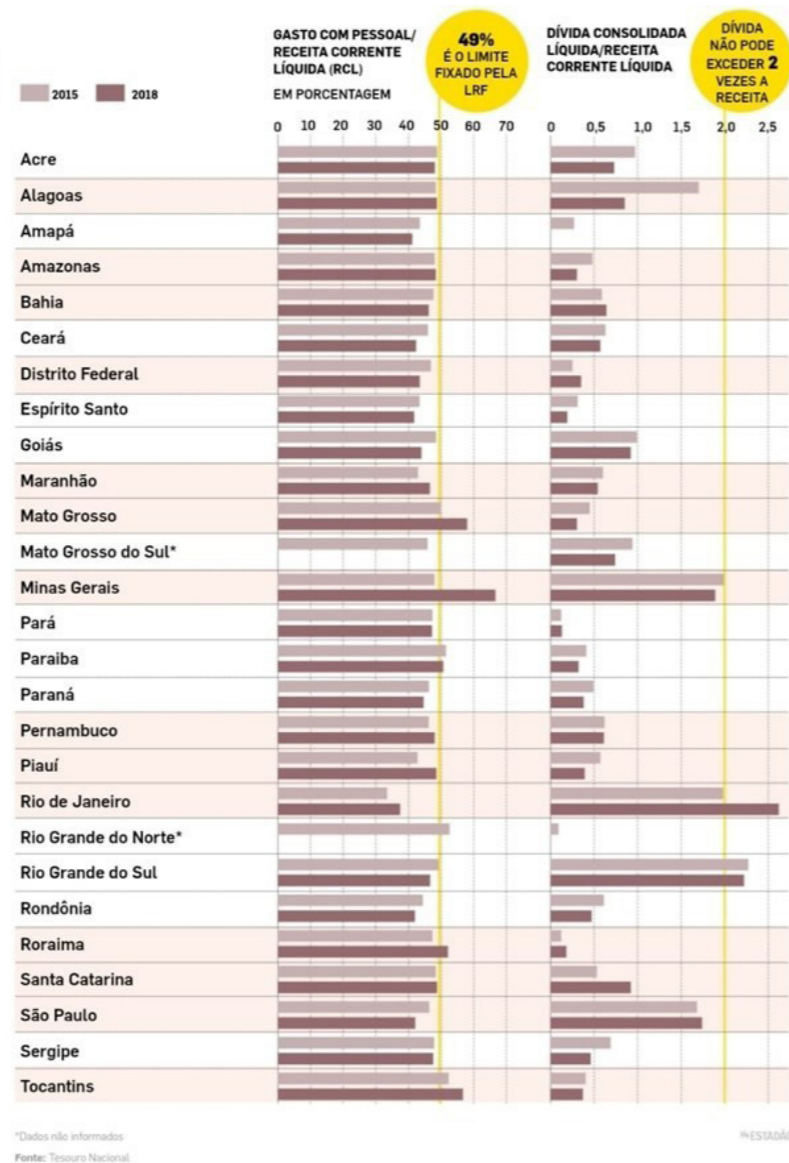
E a palestra do renomado advogado tributarista Heleno Taveira Torres encerrou o 4º Congresso Luso-brasileiro de Auditores-Fiscais. Ele se dirigiu à plateia lembrando o desafio que o fisco do século XXI tem pela frente, com a intrincada tarefa de utilizar ferramentas de inteligência artificial, entretanto sem se esquecer do fator humano que necessariamente deve permear a relação fisco-contribuinte. Heleno também foi convidado pelo Sindifisco-GO a visitar Goiás e falar mais sobre lei orgânica, remuneração e servidores da administração tributária.

# SITUAÇÃO FISCAL DE GOIÁS MELHORA DE 2015 PARA 2018

Dados do Tesouro Nacional confirmam que Goiás não integra lista dos Estados que tiveram uma piora em indicadores fiscais mesmo após a renegociação das dívidas com a União

Goiás está fora da lista dos Estados brasileiros que, mesmo após a renegociação das dívidas com a União, em 2016, tiveram uma piora em indicadores fiscais. De acordo com reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, publicada no dia 6 de março deste ano, mais da metade dos Estados figuram nesta situação negativa. Naquele ano, o governo federal suspendeu o pagamento e reduziu parcelas das dívidas estaduais por dois anos com a intenção de dar um alívio para que eles colocassem as contas em dia. No entanto, levantamento feito pelo jornal, baseado em dados do Tesouro Nacional, aponta que 14 das 27 unidades da federação estavam, no fim de 2018, com ao menos um dos dois indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – que medem endividamento e gasto com pessoal – piores que em 2015, no auge da crise que levou à renegociação. Na contramão, Goiás teria conseguido, inclusive, melhorar sua situação fiscal no comparativo entre 2015 e 2018.

O comparativo é feito com base na relação de gasto com pessoal/receita corrente líquida (RCL), cujo limite é de 49% da receita para o Executivo estadual segundo a LRF, e da dívida consolidada líquida, que não pode exceder duas vezes a receita do Estado. “Os dados oficiais são bons porque há maquiagem pela EC54 e 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Quando retira, vamos a 64% da RCL. Isso é o Estado. O tesouro tem gasto com pessoal de 83% da sua receita”, afirmou a secretária de Economia, Cristiane Schmidt. Ela rebateu os dados apresentados pelo Tesouro Nacional, que colocam Goiás dentro dos parâmetros da LRF. Confirma o quadro apresentado pela reportagem:



No ano de 2016, o governo federal decidiu suspender o pagamento e reduzir parcelas das dívidas estaduais por dois anos com a intenção de dar um alívio para que eles colocassem as contas em dia. No entanto, 14 das 27 unidades da federação estavam, no fim de 2018, com ao menos um dos dois indicadores da LRF – que medem endividamento e gasto com pessoal – piores que em 2015, no auge da crise que levou à renegociação.

O governo federal também criou um Regime de Recuperação Fiscal (RRF) com foco nos Estados em grave desequilíbrio, com adesão do Rio, e atualmente trabalha em um novo programa. A ideia é que governadores consigam dinheiro novo a curto prazo, com empréstimos garantidos pela União em troca, novamente, da aprovação de medidas de ajuste de Economia, Goiás já trabalha que está sendo desenhada pela

*“O Estado é um paciente com uma forte gripe, mas que não há necessidade de colocar na UTI. Basta dar o remédio correto.”*

**PAULO SÉRGIO DO CARMO,  
PRESIDENTE DO SINDIFISCO-GO**

fiscal. De acordo com a secretária para se adequar a essa proposta equipe do ministro Paulo Guedes.

Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Estado de Goiás (Sindifisco-GO), Paulo Sérgio lidades em Goiás que afetam a res sobre a real situação fiscal. e creio na veracidade dessas possível maquiagem, é preciso ram prestadas pelo Estado ao Te-auditoria. Se Goiás estivesse tão zar a extinção da terceira classe

ditores Fiscais do Estado de Goiás ressalta a existência de duas reapercepção dos goianos e servido-“São dados do Tesouro Nacional informações. Em relação a uma checar se essas informações fo-souro. Quem sabe pedir até uma ruim não teria conseguido viabili-na Segurança Pública”, lembra.

“A crise (econômica de Goiás) é grave, mas é colocada em um patamar inadequado. Parece que querem manter esse caos para conseguir apoio federal”, afirmou Paulo. Segundo ele, com o “remédio” adequado, que seria incremento de receita, combate à sonegação, revisão das renúncias fiscais, enfim, com a equipe técnica, em especial os auditores de Goiás, é possível aumentar a efetividade da arrecadação. “O Estado é um paciente com uma forte gripe, mas que não há necessidade de colocar na UTI. Basta dar o remédio correto.”

## Crise

Presidente da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, economista Felipe Salto disse à reportagem do Estado de S. Paulo que a União também tem culpa por ter aumentado transferências e avais para empréstimos nos últimos anos sem ter se preocupado com o escalonamento da crise fiscal.

“A crise estadual é estrutural, com ICMS obsoleto, Fundo de Participação dos Estados (FPE) esvaziado, aposentadorias fáceis e precoces. Não há lei que evitasse essa crise”, afirmou o professor do Instituto de Direito Público (IDP), José Roberto Afonso.

## C A T E G O R I A

## LUTA PELA VALORIZAÇÃO E DIREITOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS

*Desde o início do ano, o Sindifisco se mantém em constante ação para pagamento da folha do funcionalismo estadual em dia e solução de demandas para o trabalho dos auditores fiscais*

Uma verdadeira luta está sendo travada pelo Sindicato dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás (Sindifisco-GO) desde o início de 2019 para valorizar o funcionalismo público estadual e combater o atraso nos salários. A categoria ainda não recebeu a folha de pagamento relativa a dezembro de 2018 e, em fevereiro, foi a vez dos servidores inativos sofrerem com o atraso. A liberação aconteceu somente no dia 08 de março.

Vários encontros e reuniões com entidades e lideranças sindicais ligadas aos servidores públicos, com representantes do governo do Estado e até mesmo com o governador Ronaldo Caiado, foram realizados na tentativa de encontrar uma solução conjunta, mas não surtiram resultados desejáveis e definidos aos trabalhadores. No início de janeiro, Ronaldo Caiado propôs o parcelamento do salário atrasado em oito vezes, o que foi refutado pelos sindicatos.

Associações e entidades representantes dos funcionários do Estado protocolaram ao menos cinco mandados de segurança para garantir a ordem cronológica do pagamento dos salários. “Um deles, no valor R\$ 60 milhões, garantiria os salários de cerca de dois mil servidores — considerando ativos, inativos e pensionistas. Solicitamos medidas para apurar prática de crime de desobediência e ato de improbidade administrativa por parte dos gestores responsáveis”, destacou o presidente do Sindifisco-GO, Paulo Sérgio do Carmo.

Na época, o diretor jurídico do sindicato, Claudio Modesto, alegou que o não pagamento foi uma forma do governador usar os servidores para garantir entrada do Estado no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) do Governo Federal. “Não é falta de dinheiro, tanto que ele pagou janeiro, o que nós queremos é que ele cumpra com a cronologia das folhas. O governo não quer pagar porque se o fizer não conseguirá atender mais aos requisitos do RRF”, avalia. No final de fevereiro, os auditores-fiscais da Receita Estadual de Goiás, reunidos em assembleia geral, decidiram se mobilizar contra o que entenderam se tratar de descaso com a pasta fazendária. Decidiu-se então que, a partir do dia 11 de março, cerca de 700 auditores-fiscais da ativa da Secretaria da Economia iniciariam uma série de ações com objetivo de pressionar e demonstrar a insatisfação com a gestão do Governo de Goiás diante do não pagamento da folha salarial referente a dezembro de 2018 e o anúncio do atraso na liberação do salário do funcionalismo público de fevereiro, que venceria no dia 28 do mesmo mês. Entre elas estava a suspensão dos trabalhos, com garantia de execução apenas dos serviços fazendários considerados essenciais. Ainda seriam suspensas as participações em ações fiscais, como blitzes, apreensões e visitas in loco, em conjunto com outros órgãos. No entanto, os pagamentos foram realizados e, por meio de nova assembleia, decidiu-se pela suspensão das ações até novas deliberações.



### Apoio

Diante da falta de um posicionamento claro pelo Governo de Goiás sobre o pagamento de dezembro de 2018 dos servidores públicos estaduais e demandas apontadas pela categoria como indispensáveis para o bom desempenho do trabalho realizado no Estado, o Sindifisco iniciou uma série de visitas a autoridades em busca de soluções para a situação. A diretoria da entidade se reuniu com o senador Vanderlan Cardoso (PP-GO), para tratar da proposta de autorrecuperação fiscal de Goiás apresentada ao governo pelo sindicato. O parlamentar, então, manifestou total apoio às propostas de proibição da venda do crédito outorgado, fixação de meta mínima de arrecadação, instituição da taxa sobre commodities e à auditoria da dívida pública de Goiás.

A Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) e a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) também receberam visitas dos diretores do sindicato dos auditores fiscais. Na Fieg, o presidente Sandro Mabel reconheceu que há excessos em benefícios fiscais, mas que boa parte deles são positivos para o Estado. E, na Alego, a diretoria, que esteve acompanhada do presidente da Affego, Wilmar Pinheiro, foi recebida pelo deputado Delegado Eduardo Prado, onde discutiram com o presidente da casa, deputado Lissauer Vieira, sobre o veto à emenda que garantia a guarda do sigilo fiscal pelo fisco. As demandas foram anotadas e novas reuniões serão agendadas para dar continuidade aos assuntos.

## 7 MEDIDAS

## PLANO DE AÇÃO PREVÊ INCREMENTAR ARRECADAÇÃO ESTADUAL EM R\$ 8 BILHÕES EM ATÉ 24 MESES

*Documento elaborado pelo Sindifisco-GO aponta sete medidas para viabilizar a recuperação fiscal do Governo do Estado*

Na tentativa de auxiliar o Governo de Goiás a sanar a atual crise financeira, o Sindicato dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás (Sindifisco-GO) elaborou um plano de ação emergencial que aponta a possibilidade de incrementar a arrecadação estadual em torno de R\$ 8 bilhões em até 24 meses. O documento, apresentado no dia 31 de janeiro, foi desenvolvido pela diretoria da entidade e apresenta medidas para enfrentar a atual crise financeira e viabilizar a recuperação fiscal do Estado. “Não precisamos vender dívidas ativas, nem de securitização, isso é para quem não tem para onde correr e nós temos. Objetivo foi mostrar que o problema pode ser solucionado com recursos próprios, sem a necessidade de recorrer a regimes que irão travar o Estado,” disse Paulo Sérgio, presidente da entidade.

Dentre as sete medidas propostas destaca-se a limitação de benefícios financeiros, que deve impactar

positivamente a receita estadual em cerca de R\$ 150 milhões mensais. Para isso, o sindicato propõe que os créditos fiscais concedidos pelo Estado sejam intransferíveis, devendo ser estornados pelo beneficiário caso não sejam utilizados no prazo de seis meses.

“A primeira etapa do plano emergencial consiste em sete ações com efeitos de curto e médio prazos no incremento da arrecadação tributária estadual, que, se adotadas pelo governo, podem assegurar a receita necessária para equilibrar as finanças estaduais ao longo dos próximos dois anos”, esclareceu Paulo.

A criação de contribuição financeira sobre commodities, com vinculação à fundo destinado a gastos com infraestrutura utilizada para o escoamento de produtos, pode incrementar a receita em torno de R\$ 700 milhões anuais. O levantamento elaborado pelo Sindifisco-GO cita como exemplo de sucesso,

contribuição semelhante implementada pelo Estado do Mato Grosso desde 2004. Para 2019, o governo mato-grossense projeta que a arrecadação da contribuição sobre sete de suas commodities seja na ordem de R\$ 1,5 bilhão.

Com impacto de R\$ 600 milhões anuais, outra ação proposta é a revisão de todos os termos de acordo (TARE) vigentes, com fixação de metas fiscais e parafiscais mínimas, principalmente as relativas ao recolhimento mínimo mensal a título de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), além de publicação dos extratos de todos os termos de acordo vigentes, promovendo publicidade e transparência à receita estadual.

O plano elaborado pelo Sindifisco-GO também sugere limitar a novos empreendimentos o crédito especial de investimento, vedando a concessão a quem já usufruiu de outro incentivo, além do estorno de créditos concedidos fora da concepção da renúncia. Essa medida deve impactar em um incremento na receita na ordem de R\$ 300 milhões anuais.

Outra ação apontada pelo sindicato envolve a extinção do crédito concedido ao álcool anidro, que pode aumentar a arrecadação goiana em torno de R\$ 260 milhões anuais. A medida se baseia no fato de que as usinas sucroalcooleiras recebem de Goiás um benefício financeiro equivalente a 60% do que elas não pagam de ICMS na venda do álcool anidro. Desta forma, o sindicato dos auditores fiscais sugere a revogação integral do crédito outorgado com estorno dos créditos eventualmente acumulados.

Grande problema enfrentado pelo Estado de Goiás consiste na concessão de isenção de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para diversos segmentos da sociedade, incluindo autoescolas. Assim, o sindicato propõe a suspensão administrativa imediata de todos os dispositivos legais que tratam de isenções de IPVA inseridos no ordenamento jurídico por meio de processo legislativo com vício de inconstitucionalidade; revogação de qualquer tipo de

isenção específica, salvo para taxistas e pessoas com necessidades especiais (PNEs); e aumento da idade mínima de fabricação do veículo para obtenção de isenção geral do IPVA de 15 para 20 anos.

O levantamento do Sindifisco-GO também ressalta a necessidade de realização de auditoria da dívida pública goiana com a União, tendo em vista que a mesma saltou de R\$ 1,77 bilhão em 1998 para quase R\$ 9 bilhões em 2018. Para a coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, trata-se de uma providência essencial, sem a qual o governo corre o risco de incorrer em armadilhas rentistas, como a securitização da dívida ativa do Estado, fortemente questionada por Ronaldo Caiado quando era senador.

Para o presidente do Sindicato, Paulo Sérgio Carmo, não há precedentes de um desequilíbrio tão grave nas contas públicas quanto o cenário vivenciado atualmente pelo Estado de Goiás. "Não restam dúvidas que a solução para a crise fiscal é caseira, devendo concentrar-se na redução do gasto tributário, que possibilitará um considerável crescimento de receita", explica.

Segundo ele, após implementadas as medidas sugeridas na primeira etapa, o sindicato pretende apresentar outras sugestões em um segundo momento. "Vamos propor também ações baseadas em rotinas e ferramentas de controle e fiscalização de tributos estaduais, visando o crescimento sustentável da receita pública goiana", afirma.

Como primeiro resultado das ações propostas está o aumento da arrecadação estadual em mais de R\$ 1 bilhão em comparação com 2018. Somente com impostos, a receita foi de R\$ 9,7 bilhões. O destaque do período foi o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), com receita acumulada de R\$ 8,27 bilhões, 10,64% maior do que o primeiro semestre de 2018. Em seguida está o Imposto sobre a

Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), com R\$ 671 milhões, 9,20% maior do que o mesmo período do ano anterior.

O único tributo que apresentou queda na arrecadação foi o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), 3,02% menor no primeiro semestre deste ano. A queda pode ser explicada pelo benefício de redução de base de cálculo, que vigorava no mesmo período do ano passado, incentivando o recolhimento do imposto na ocasião.

Outra receita de destaque é o fundo Protege Goiás, que cresceu 48,23% de janeiro a junho deste ano, cerca de R\$ 106 milhões a mais do que o mesmo período do ano passado. A maior parte é decorrente do aumento de alíquotas acordada entre governo e empresários no fim último ano. No entanto, a arrecadação esperada do fundo no primeiro mês de validade do acordo (maio) era de R\$ 84 milhões, sendo arrecadado apenas R\$ 53 milhões no mês, indicando que o valor projetado de R\$ 1 bilhão pode não ser alcançado ao fim de 12 meses.

## RESULTADO DAS PRIMEIRAS AÇÕES

### COMPARATIVO ARRECADAÇÃO DO GOVERNO DE GOIÁS 2018-2019)

Janeiro a Junho/2019  
**R\$ 9.730.613.012,53**

Janeiro a Junho/2018  
**R\$ 8.725.077.210,48**

Incremento (nominal)  
**R\$ 1.005.535.802,05**

# AS 07

**MEDIDAS PARA INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO:**



Limitação de benefícios financeiros;



Revisão de todos os termos de acordo vigentes;



Limitar a novos empreendimentos o crédito especial de investimento;



Extinção do crédito concedido ao álcool anidro;



Suspensão administrativa imediata de todos os dispositivos legais que tratam de isenção de IPVA, com exceção de taxistas, pessoas com necessidades especiais e veículos zero km no primeiro ano;



Auditoria da dívida pública goiana com a União.

## SEDE DO SINDIFISCO RECEBE VISITA HISTÓRICA DE UM CHEFE DE ESTADO

*Governador Ronaldo Caiado visitou a instituição para ouvir de perto demandas e sugestões para incrementar o trabalho realizado pelos auditores-fiscais de Goiás*

Pela primeira vez, a sede do Sindicato dos Auditores Fiscais de Goiás (Sindifisco-GO), criada em 1988 e instalada em Goiânia, recebeu a visita de um governador de Estado. No dia 28 de fevereiro deste ano, o governador Ronaldo Caiado visitou as instalações da entidade, sendo recebido pela diretoria e colegas para tratar de assuntos de interesse da Administração Tributária.

A visita foi articulada pelo chefe de gabinete do Governador de Goiás, auditor fiscal Lyvio Luciano, e proporcionou à categoria a oportunidade de levar ao conhecimento do chefe do Executivo, de forma direta e pacífica, a opinião dos servidores responsáveis pela receita estadual sobre a atual realidade da pasta fazendária, a Secretaria de Estado da Economia.

Presidente do Sindifisco, Paulo Sérgio Carmo explanou ao governador sobre a preocupação dos servidores da Administração Tributária em relação ao desmonte da pasta fazendária com as reformas em implementação por seus auxiliares, com alterações de estrutura e atribuições do fisco sem ouvir seus servidores. Na primeira fase das mudanças, exemplificou, o projeto original do governo veio com a retirada do Fisco da guarda do sigilo fiscal, ação que posteriormente foi

neutralizada por emenda parlamentar patrocinada pela entidade sindical que, por sua vez, foi vetada por orientação da Casa Civil, forçando o sindicato, agora, trabalhar pela derrubada do veto.

O chefe do Executivo também foi alertado pela categoria sobre outras carreiras que pretendem avançar sobre as atribuições do Fisco com a intenção de “satisfazer pretensões meramente classistas e financeiras”, observou Paulo. O auditor-fiscal Eugênio César, premiado nacionalmente por relevantes projetos de Tecnologia da Informação (TI) destinados especificamente à máquina fazendária, como a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e o programa Fiscalização Inteligente e Seletiva (FIS), explicou sobre a decisão da administração pública estadual em centralizar a gestão da Tecnologia da Informação em pasta diferente da fazendária. Alertou que essa ação foi tentada em outros governos e trouxe grande retrocesso e prejuízo ao desenvolvimento do trabalho realizado pelo Fisco na fiscalização e cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Uma das soluções sugeridas pelos auditores-fiscais para aplacar a séria apatia causada pelo modelo estrutural que se pretende implementar na fazenda goiana foi a de separar a Receita Estadual



da pasta da Economia, criando, assim, uma nova secretaria ou autarquia especialmente voltada para a tributação, fiscalização e arrecadação e que abrigaria especialmente carreiras específicas da Administração Tributária, conforme prevê a Constituição Federal, a exemplo da Receita Federal do Brasil e de outras Administrações Tributárias existentes em outros estados brasileiros, onde o auditor-geral do Estado responderia diretamente ao governador.

Após ouvir as explicações e demandas dos servidores da receita estadual, o governador discorreu sobre as dificuldades que o Estado enfrenta desde o início de sua gestão e a origem do grave quadro fiscal

que recebeu do governo anterior. Ronaldo Caiado aproveitou para pedir à categoria que o ajude a governar e tirar Goiás do caos que se encontra. Por final, garantiu completo acesso do Fisco ao projeto e abertura para que a categoria opine sobre a reestruturação da pasta fazendária nesta segunda etapa da reforma administrativa do Estado.

Após ouvir as sugestões e críticas dos servidores, o governador Ronaldo Caiado explicitou, por um longo período, as dificuldades que o Estado enfrenta e a grave origem do quadro fiscal que recebeu como herança dos governos anteriores. Pediu para que os auditores o ajudassem a governar e tirar Goiás da situação caótica que se encontra e garantiu



ainda acesso completo do Fisco ao projeto sobre a reestruturação da pasta fazendária na segunda etapa da reforma administrativa do Estado, compromisso que se consolidou posteriormente.

#### Outros assuntos

Na reunião da diretoria do Sindifisco-GO com o chefe de Estado, que também contou com a presença de auditores fiscais filiados, também foram abordados outros assuntos de interesse da administração tributária, como a atual realidade da pasta fazendária e a necessidade de investimentos em equipamentos tecnológicos mais modernos para aumentar a produtividade e resultados do trabalho.

Os auditores fiscais sugeriram a separação da Receita Estadual com a da Economia, criando assim uma nova secretaria ou autarquia especialmente focada na tributação, fiscalização e arrecadação e que também abrigaria especialmente carreiras específicas da Administração Tributária, conforme prevê a Constituição Federal. “Só estamos pedindo: nos dê condições de trabalho”, disse Paulo.

“Precisamos urgentemente que haja valorização dos nossos profissionais para que se sintam engajados e parte do processo da administração estadual. Precisam e merecem ser prestigiados. Prezamos pelo trabalho”, alerta. “A cada R\$ 1 economizado, colocamos R\$ 10 no Tesouro”, exemplifica.



## AUDITORES FISCAIS INTEGRAM GRUPO QUE ESTUDA NOVA ESTRUTURA DO ESTADO

*Governador Ronaldo Caiado atendeu ao pedido da categoria, que objetivou desmonte da pasta fazendária*

O Fisco goiano integrou o grupo de trabalho que estudou nova estrutura da administração estadual pública. O acordo foi firmado pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado, durante visita histórica à sede do Sindicato dos Auditores Fiscais do Estado de Goiás (Sindifisco), no dia 28 de fevereiro deste ano. Os auditores fiscais Lidione Polize Bento e Ivonaldo Francisco de Oliveira participaram ativamente dos trabalhos da equipe.

Presidente do Sindicato, Paulo Sérgio Carmo, alertou ao governador, à época, sobre o perigo de desmonte da pasta fazendária com as reformas promovidas pelos auxiliares do governo do Estado, com alterações de estrutura e atribuições do Fisco sem ouvir os servidores diretos. “Com essa reunião, abrimos as portas para que o processo final tenha a participação do Fisco”, comemora. “O Fisco estava alheio à discussão sobre a nova estrutura do governo estadual e apreensivo com os possíveis resultados.”

Paulo explica que a categoria dispõe de todas as condições técnicas para assumir esse papel na Secretaria da Economia. “O ambiente de trabalho está deteriorado. Precisamos de valorização dentro da nossa casa, prezamos muito pelo trabalho e queremos atuar, auxiliar o Estado a sair deste cenário. O resultado vai vir. A receita é a solução para o problema de Goiás”, alertou Paulo.

O texto da Reforma Administrativa proposta pelo Governo de Goiás propõe remodelar todos os escalões da administração direta, indireta e fundacional, por meio de extinção de órgãos e estruturas, consideradas sobrepostas, conflitantes ou desnecessárias, no Executivo. A proposta de mudança foi elaborada sob a coordenação da Secretaria de Estado da Administração (SEAD), por um grupo de trabalho criado pelo Decreto nº 9.389, de 14 de janeiro de 2019, e integrado por representantes de outros órgãos como da Secretaria de Estado da Casa Civil e da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Segundo a administração estadual, a segunda etapa da Reforma vai resultar na redução de custos da Administração. “Em termos financeiros, está prevista uma economia de R\$ 119 milhões ao ano, sendo R\$ 79 milhões já em 2019. Isso equivale a 20% dos custos que a manutenção da organização administrativa gerava até o advento da Lei nº 20.417, de 6 de fevereiro de 2019. E o Governo acrescenta em seus argumentos de defesa da propositura que “o esforço de racionalização não terá resultado pura e simplesmente na redução de despesas. Mais importante do que isso, tem-se a convicção de que o modelo projetado torna mais ágil e eficiente a organização do Executivo, aprimorando a sua capacidade de cumprimento das elevadas missões que a ordem constitucional democrática lhe reserva” informa a justificativa do projeto.



## COMPETÊNCIA

## NOVA EQUIPE DE SUPERINTENDENTES VAI DINAMIZAR TRABALHO DA RECEITA ESTADUAL

*Auditores fiscais indicados pelo Governo de Goiás assumem postos estratégicos para motivar o trabalho permanente das equipes de fiscalização*

A fim de dar novo fôlego às equipes e traçar modernas estratégias para impulsionar a arrecadação e a receita do Governo de Goiás, novos profissionais passaram a integrar as coordenações subordinadas à Superintendência Executiva da Receita, pasta da Secretaria de Estado da Economia. Neste ano, dez auditores fiscais foram nomeados ou remanejados pela nova equipe de governo, empossada em 01 de janeiro deste ano, baseados em afinidades e perfis de acordo com cada cargo.

A Superintendência Executiva da Receita engloba todas as áreas envolvidas na Receita Estadual, que são hoje distribuídas em quatro superintendências: Recuperação de Crédito, Operações Fiscais, Políticas Tri-

butárias e Controle e Fiscalização. E, delas, ramificam outras pastas que, todas juntas, representam mais de 70% do efetivo de funcionários da Secretaria de Economia. “São mais de 30 Gerências e Delegacias espalhadas por Goiás. A pasta principal da Receita abarca todo o Estado por meio das Agências de Atendimento, Delegacias Fiscais e, na Grande Goiânia, toda a estrutura de Administração, Atendimento, além da Delegacia Fiscal de Goiânia e as Gerências Especializadas nas áreas de Fiscalização e Controle”, explica Aubirlan Borges Vitoi, superintendente executivo da Receita.

Aubirlan esclarece que, mudanças neste sentido, geram novo fôlego e mais motivação em trabalhar e

apresentar resultados. “Nosso foco é sempre buscar melhorias nos processos internos e, basicamente, focando no resultado de crescimento de arrecadação e melhorias de atendimento ao contribuinte, agilização e foco na arrecadação.”

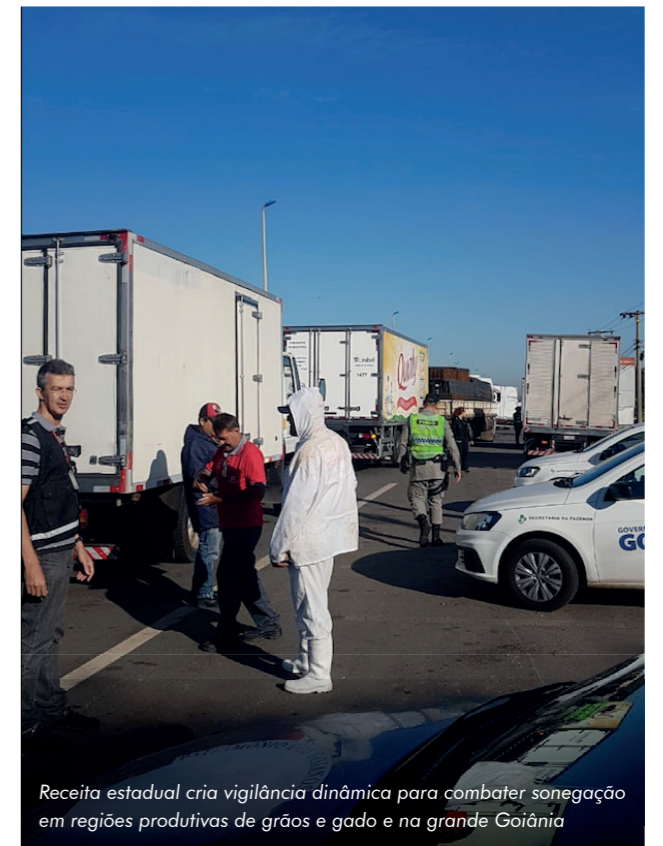
Hoje, um dos principais desafios da Receita estadual, que também é contínuo, é fazer a arrecadação crescer. De acordo com o superintendente da pasta, a meta diária é diagnosticar os principais pontos onde possa ter alguma evidência de evasão, de sonegação, e buscar estudos, dentro da política tributária, que permita propor novas políticas para que se faça maior justiça fiscal e também foco na arrecadação. O atendimento ao cidadão também está entre as prioridades. “Também buscamos, permanentemente, melhorias nos processos para que se tenha atendimento mais otimizado e ágil ao contribuinte, além de foco para que haja menor deslocamento no cumprimento de suas obrigações junto ao Fisco.”

A Superintendência da Receita também vislumbra otimização da capacidade de trabalho de toda a equipe. Nos últimos anos, destaca Aubirlan, experimentou-se uma redução de quadro de pessoal, tanto do Fisco quanto de apoio. “Agora almejamos otimizar processos para trabalhar com menos pessoas e, assim, aumentar a produtividade individual. Um grande desafio para os próximos anos”, diz.

### Fronteiras

Grande parte dos postos fiscais em Goiás foram desativados em torno do ano de 2010. Neste momento, a Superintendência Executiva da Receita desenvolve um estudo para melhorar a fiscalização de trânsito com foco nas fronteiras. A pasta ressalta que a estrutura fixa concebida em vigor antes, física e de pessoal, não existe mais. A estratégia base dos futuros projetos envolve a fiscalização de fronteiras associada à de trânsito, munida de inteligência, com aparato tecnológico, e que deve ser implementada ao longo deste ano. Antigamente, a fiscalização de trânsito tinha o conceito de ser uma blitz estacionada

em um ponto da fronteira. A partir de um diagnóstico realizado pela Secretaria da Economia, Goiás possui hoje cerca de 53 pontos de passagem nas fronteiras. “Não teríamos capacidade logística, humana e nem de estrutura para suprir todos esses pontos. A nossa ideia, agora, é que esta vigilância esteja associada à de trânsito, numa visão mais dinâmica”, esclarece Aubirlan.



*Receita estadual cria vigilância dinâmica para combater sonegação em regiões produtivas de grãos e gado e na grande Goiânia*

Diante do volume de informações que a Secretaria da Economia reúne, notas fiscais eletrônicas, notas do consumidor e noção de fluxo de mercadoria, é possível otimizar a fiscalização de trânsito para que ela desempenhe seu antigo papel de forma mais dinâmica. “Vamos tirar a noção do contribuinte de que, com um ponto fixo, ele pode criar rotas alternativas. A ideia é que tenha essa percepção de que a fronteira estará resguardada durante todo o trajeto de deslocamento dentro do estado, sem um ponto fixo. Queremos expandir esse processo para ter todos os pontos monitorados.”



Outro estudo macroeconômico começou a ser desenvolvido agora, junto ao Instituto Mauro Borges, para analisar os setores e as cadeias e comparar com a produção versus a arrecadação. O cenário a ser traçado dará aos auditores fiscais a real dimensão do nível de sonegação nos setores, que saberão como proceder diante da evasão fiscal. "Se implementarmos estas ações, vai crescer muito o combate à sonegação que, com certeza, vai diminuir. Temos grandes regiões que serão fortes produtoras de grãos, de criação de gado e, na grande Goiânia, onde acontece o maior volume de circulação de mercadorias. E aquelas que são de passagem, que também merecem a nossa atenção."

### **Apoio**

As equipes de fiscalização dos auditores fiscais da Secretaria de Estado da Economia contam com o apoio do Batalhão da Polícia Fazendária, um grupo

criado pela Polícia Militar especialmente para atuar nas abordagens de fiscalização de trânsito.

Os auditores fiscais também realizam blitzes, divididas em segmentos especializados, como combustível, telecomunicação e energia, substituição tributária, varejo, delegacias fiscais nas regionais, que somam 12 ao total, e também junto aos contribuintes do Simples Nacional e das médias empresas, além do setor de auditoria, que engloba todo o setor de indústria e atacado, IPVA e do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).

E, para dar suporte a todo esse trabalho, contam com o Serviço de Inteligência, a Contabilidade, a prospecção em malhas (onde se consegue detectar indícios de sonegação em grande volume) e o Grupo de Recuperação de Ativos, do qual fazem parte o Ministério Público e a Polícia Civil.



## C A T E G O R I A

## REPRESENTAÇÃO FAZENDÁRIA PROATIVA E EFICIENTE: INSTRUMENTO DE JUSTIÇA FISCAL

*Gerência tem forte participação na pauta de julgamento dos processos administrativos tributários do Governo de Goiás. Cerca de 70 processos são julgados semanalmente*

Nove representantes fazendários, além do gerente, atendem prioritariamente à pauta de julgamento dos Processos Administrativos Tributários publicada mensalmente pelo Conselho Administrativo Tributário (CAT). Atuam em quatro Câmaras Julgadoras e duas Câmaras do Conselho Superior que julgam, semanalmente, em torno de 70 processos com a participação decisiva da Gerência da Representação Fazendária. Essa é a principal, dentre várias outras atividades da gerência, explica o responsável pelo órgão, Lidilone Polizeli Bento, que, a partir do dia 9 de julho deste ano, assumiu a presidência do Conselho por meio de processo seletivo.

“Além da pauta, temos a obrigação legal de analisar as sentenças de primeira instância e os acórdãos das Câmaras Julgadoras, quando o julgamento foi total ou parcialmente contrário à Fazenda Pública, para recorrer da decisão quando dela não concordarmos.

Em todos esses casos, agimos interativamente no curso do processo”, aponta. Por outro lado, a orientação para o procedimento de reautuação, quando o auto de infração é anulado, é vista como medida corretiva. No processo seletivo da meritocracia, realizado em 2016, Lidilone percebeu que a sua gestão não seria profícua se limitasse a atenção apenas à pauta de julgamento. No plano de gestão focou em três conjuntos de atividades: as preventivas, interativas e as corretivas.

No primeiro conjunto estão aquelas atividades voltadas ao aprimoramento da formalização do lançamento. “Seremos mais efetivos na fase de julgamento do crédito tributário se agregarmos maior qualidade na fase anterior, de formalização do lançamento desse crédito”, explica. A Representação Fazendária decidiu então desenvolver atividades voltadas à transferência do seu conhecimento ao auditor em atividade

de na fiscalização. Nesse sentido, intensificou-se a publicação dos Boletins da Representação Fazendária e aumentou-se o contato com os auditores para esclarecimento de dúvidas inerentes à formalização do lançamento. Sobressaiu nesse conjunto de atividades o esforço de capacitação dos auditores da fiscalização – em torno de 250 auditores, 1/3 do quadro em atividade na Secretaria da Economia, fizeram o curso de 24 horas ministrado pelo gerente da Representação Fazendária com foco nas mudanças da lei processual estadual e nas mudanças do Código de Processo Civil, fazendo os contrapontos entre as duas normas, mas sem perder de vista o aspecto prático.

O conhecimento do mecanismo do julgamento e a vivência das dificuldades experimentadas pelos seus agentes foram apontadas como experiências relevantes para um aprendizado transformador. “Cada auditor participante pôde sentir na prática do julgamento simulado a importância do seu papel como atuante e como revisor do processo. Foi uma experiência de conscientização da importância e valorização da atividade precípua do auditor: o lançamento do crédito”, pontua o gerente.

“É nesse contexto que devemos pensar a atividade de defesa do crédito tributário desenvolvida na Representação Fazendária, agindo preventivamente para aprimorar e valorizar cada vez mais a atividade privativa do auditor fiscal, porque assim a defesa do lançamento na atividade interativa da gerência fica mais fácil e reduz a ocorrência da atividade mais desgastante de todo o processo de recuperação de crédito, que consiste no refazimento do procedimento porque o primeiro foi realizado com falhas insuperáveis”, explica Lidilone. “A compreensão da importância da realização das diligências com maior qualidade foi um ganho de aprendizado em todas as turmas”, complementa.

Foi assim que os representantes fazendários foram orientados para se prepararem para agir nas sessões de julgamento, sempre buscando aprofundar seu conhecimento do caso, fazendo contato com o atuante

e procurando contribuir decisivamente com o órgão julgador, sem perder de vista o contexto ideológico do novo Código do Processo Civil, que homenageia o princípio da primazia do julgamento do mérito, de modo que, em vez de decidir pela nulidade do lançamento, deve-se preferir a remessa dos autos para a realização de diligência, buscando a correção de falhas, sempre que possível. A prática desse segundo conjunto de atividades interativas redundou, nos últimos dois anos, em um número maior de decisões ‘consensuais’, das quais a Fazenda Pública não recorreu, agilizando o julgamento definitivo do crédito tributário.

Nesse contexto de maior interatividade no julgamento do processo, o Representante Fazendário começou a se ressentir do desequilíbrio de forças se comparadas as suas prerrogativas processuais com as possibilidades com que contam os sujeitos passivos. Foi, então, que “inserimos no planejamento estratégico da Secretaria de Economia um conjunto de propostas legislativas para equalizar as forças do Representante Fazendário às forças do sujeito passivo, incluindo, dentre outras possibilidades, a competência para fazer o Pedido de Revisão Extraordinária da decisão proferida em instância única contrária à fazenda pública quando ela for divergente de decisão cameral não reformada ou de decisão do conselho superior, como é possível para o sujeito passivo”, explicou Lidilone.

Outras prerrogativas reclamadas são a possibilidade de remeter os autos em diligência antes de se manifestar por escrito nas análises das sentenças e dos acórdãos e de pedir vista de processos na sessão de julgamento, em situações específicas nas quais fato novo é apresentado de surpresa.

Essa nova orientação foi responsável pela redução do estoque interno de processos da gerência, mantendo-o em nível muito baixo, tanto em valor total dos créditos como em número de processos. Para aumentar a eficiência na contribuição com os julgamentos, a gerência fez um planejamento (ainda não executado) de sistemas informatizados capazes de auxiliar na pesquisa de precedentes administrativos e judiciais.



A compilação da base de dados de recursos já foi iniciada.

Maior foco num conjunto de atividades preventivas e interativas não elimina, no entanto, a necessidade de desenvolver atividades de natureza corretiva, tais como as de apoio ao Fisco na realização de novos lançamentos, em substituição aos autos anulados, em complemento aos autos que exigiram apenas parte do imposto e de acompanhamento dos processos judicializados. “Algumas vezes sugerimos a complementação de lançamentos que ficaram limitados a um determinado entendimento que a Representação Fazendária demonstra ser diferente e, nesses casos, novos autos de infração com valores

muito maiores são lavrados, aumentando a eficiência da fiscalização”, lembra Lidilone. Isso tem mostrado que a gerência precisa ir um pouco além da sua tarefa principal e que é necessário se preparar para melhor contribuir com o processo de fiscalização e arrecadação.

Foram desenvolvidos dois trabalhos de planejamento estratégico pela Gerência da Representação Fazendária nos dois últimos anos. “Temos um projeto capaz de colocar a gerência em condições de contribuir ainda mais com a liquidez e certeza do crédito tributário, bem como com a receita tributária. Com a nova administração certamente contaremos com maior apoio para avançarmos”, conclui.



## GRAN FAMÍLIA

# DELEGACIA FISCAL DE LUZIÂNIA APERTA CERCO CONTRA SONEGAÇÃO E FAZ APREENSÃO RECORDE

*Unidade desenvolve ações para combater fraudes e recuperar tributos. Auditores-fiscais da Regional iniciaram a Operação Gran Família, uma das maiores realizadas em Goiás*

Os auditores fiscais da Secretaria de Estado da Economia intensificam, cada vez mais, as fiscalizações e combate à sonegação em todo o território goiano. Uma das ações neste sentido foi a Operação Gran Família, realizada em Goiás, Mato Grosso e São Paulo. A ação investigou fraude e sonegação de ICMS na venda de grãos, com movimentação de mais de R\$ 1 bilhão desde 2013, e envolveu também o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público, Polícia Civil e Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira).

Responsável pela Delegacia Regional de Fiscalização de Luziânia, o auditor fiscal Carlos Antônio Alves Batista lembra que as investigações tiveram início em 2013 em fiscalização de rotina do comando volante, com a apreensão e autuação de duas carretas de grãos em operação irregular. “Após essa ocorrência, tivemos um criterioso processo de investigação, com

incontáveis diligências em Goiás e em outros Estados, serviços de inteligência e cruzamento de dados”, destaca.

Até o momento foram contabilizadas quase 70 autuações que totalizam R\$ 40 milhões, entre ICMS e Multas. Levantamentos da Delegacia Fiscal de Luziânia indicam que o grupo, que envolvia várias empresas, movimentou valores próximos a R\$ 1 bilhão na comercialização de grãos sem o devido recolhimento do ICMS entre os anos de 2016 e 2018. “Teremos ainda os desdobramentos dessa operação, que se estenderá a outras Delegacias e que, certamente, irão recuperar valores vultosos aos cofres do Estado”, pontua Carlos Antônio.

Criadas para fazer o atendimento ao contribuinte e realizar a fiscalização de empresas, fiscalização de trânsito e agronegócio, as delegacias Regionais de

Fiscalização, ligadas à Superintendência da Receita da Secretaria de Estado da Economia, cada vez mais reforçam seu papel na efetiva luta contra a sonegação e aumento da arrecadação. Em Goiás são 12 unidades em funcionamento.

Atualmente a Delegacia Fiscal de Luziânia possui, em seu quadro funcional, 35 auditores fiscais e 50 colaboradores. A unidade é responsável pela fiscalização dos municípios de Luziânia, Cristalina, Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas de Goiás.

Entre as operações realizadas pela unidade estão a fiscalização de mercadorias em trânsito, que realiza abordagens de veículos que transportam grãos; blitzes em pontos estratégicos e operações conjuntas com outros órgãos. “Temos auditores fiscais que fazem o acompanhamento contínuo da safra de grãos, desde o plantio até a colheita, trancamento de estoques nas propriedades rurais, cooperativas e armazéns gerais e que nos dão subsídios para as auditorias”, explica o delegado fiscal.

Apenas neste ano, o Comando Volante da Regional de Luziânia também calcula 23 apreensões de cargas irregulares de grãos, com valor comercial próximo a R\$ 1 milhão.

### Ações intensificadas

Por meio do Núcleo Jurídico, responsável pela recuperação de crédito e combate aos crimes contra a ordem tributária, a Delegacia Regional de Fiscalização de Luziânia realiza várias ações com o objetivo de recuperar os tributos devidos ao Estado. Estas foram planejadas e executadas em três fases: a primeira, já encerrada na fase administrativa contra um grupo empresarial, contabiliza 13 Representações Fiscais para Fins Penais (RFFP) protocoladas no Ministério Público originárias de vários procedimentos penais em curso nas diversas comarcas da delegacia. Na recuperação de créditos em valores superiores a R\$ 146 milhões, o patrimônio do grupo foi rastreado e localizado, sendo que algumas empresas componen-

tes possuem patrimônio milionário representado por 230 imóveis, dos quais 200 já foram bloqueados pelo Poder Judiciário.

Na segunda fase, seis representações fiscais em valores próximos a R\$ 150 milhões foram protocoladas no Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA) e estão em fase de análise. E a parte de encerramento refere-se ao arrolamento administrativo de bens, que vai notificar o Cartório de Registro de Imóveis com o objetivo de gravar os bens necessários a recuperação do crédito.

### Trabalho

Os auditores fiscais também realizam o monitoramento frequente na pré-abertura de novas empresas, além das já existentes, com vistorias, cruzamento de dados e informações, dentre outras ações, para evitar o estabelecimento de empresas em nome de laranjas, com o intuito de diminuir a evasão de receitas. De 2017 a 2019, 12 inscrições de um grupo de empresas com “laranjas” no quadro societário foram anuladas e outros seis processos da mesma situação estão em andamento.

Atualmente o município possui quase 1.000 pivôs que irrigam uma área próxima a 60 mil hectares, sendo hoje considerada a maior área irrigada da América Latina. A atividade agropecuária é a mais representativa em 40% dos municípios goianos. Entre os 10 principais municípios com maior participação na agropecuária brasileira, temos três de Goiás: Rio Verde, Jataí e Cristalina.

“O nosso plano de ação sempre tratou o segmento do agronegócio com muita atenção devido ao grande potencial de arrecadação”, explica. “O trabalho do auditor fiscal contribui decisivamente para que haja a Justiça Fiscal. O bom empresário sente-se mais seguro com o combate à sonegação e consequente prática da concorrência desleal. Como efeito, o Estado terá mais recursos e maiores condições de promover boas políticas públicas capazes de diminuir as desigualdades sociais”, complementa Carlos.

## O TELHADO DA COMPETITIVIDADE

A ideia é redentora: nos dê subsídios fiscais e toda a sua economia ficará mais competitiva! Pobre do gestor público que ignorar essa síntese teórica, pois será testemunha da própria derrocada por conta da revoada de investimentos privados para estados com políticas fiscais mais “competitivas”.

Nada mais fácil e confortável que defender uma “agenda competitiva” envolvendo súplicas especiais para concessão de benesses fiscais, que é razoavelmente justificada pela necessidade de emprestar competitividade a nossas empresas para concorrerem com outras, sediadas em outros estados. Afinal, competitividade é circunstância que só agrega, certo?

Errado, pois isso não é competição, é guerra! Defender a competição entre empresas por meio de um sistema fiscal-tributário mais favorável, com raras exceções, dissimula um elaborado plano para concentrar ainda mais riqueza no andar de cima. Ser empresarialmente competitivo por conta de subsídios fiscais é o mesmo que construir o próprio telhado (privado) com telhas retiradas de casas vizinhas (público). As telhas vão fazer falta cedo ou tarde, e isso provavelmente vai ser percebido no pior momento possível.



Bons empresários não fazem investimentos com base no código tributário ou negócios por conta de subsídios fiscais. Essa foi a mensagem transmitida pelo o ex-presidente da gigante mundial do alumínio Alcoa, Paul O’Neill, por ocasião de sua sabatina antes de assumir a função de secretário do tesouro dos EUA, em 2001.

A mensagem de O’Neill é corroborada por estudos realizados por respeitadas organizações nacionais e internacionais, como o brasileiro Centro de Liderança Pública e o suíço Fórum Econômico Mundial, que, respectivamente, são os idealizadores do ranking da competitividade dos estados brasileiros e das maiores economias do mundo.

O ranking da competitividade patrocinado pelos citados organismos se utiliza de pilares e indicadores que mensuram a capacidade que os governos têm de preparar sua economia para receber e manter um mercado competitivo e produtivo.

O Fórum Econômico Mundial, por exemplo, produz seu índice de competitividade anualmente para 144 países, baseando-se em 12 “pilares” da competitividade, são eles: instituições, infraestrutura, tecnologia, estabilidade macroeconômica, saúde, educação, trabalho, mercado de produtos, sistema financeiro, dinâmica empresarial e inovação. Esses pilares se desdobram em 98 indicadores.

Chama atenção um pilar em particular, o de “mercado de produtos”, que curiosamente possui um indicador que mensura o grau de distorção concorrencial causado por subsídios e benefícios fiscais. Quanto maior a incidência de subsídios, menor a nota nesse indicador.

Em 2018, o Brasil ficou em 72º lugar no ranking geral da competitividade do Fórum Econômico Mundial, e na 132ª posição no indicador de distorções por subsídios fiscais.

O fraco desempenho brasileiro no ranking do Fórum Econômico Mundial surpreende ainda mais quando se constata que o país ocupa a 10ª posição no pilar “tamanho do mercado” e a 8ª colocação quando o indicador trata do respectivo PIB.

Porém, existe uma explicação lógica para a pífia posição da grandiosa economia brasileira no ranking da competitividade: as telhas retiradas das casas vizinhas fizeram falta.

A maioria dos pilares que compõem o ranking dependem fortemente de investimento público (telhas), que foram desviados para atender ao interesse de poucos, porém poderosos, nichos empresariais.

Para empreender com qualidade e segurança, além de capital próprio e know-how suficiente para iniciar o negócio, é necessário que o estado proporcione ao empreendedor um ambiente economicamente previsível e estável, dispondo de uma força de trabalho saudável e instruída e com uma infraestrutura razoável. É essa, e tão somente

essa, a parte que cabe ao estado investir no fomento da competitividade.

Óbvio que a renúncia de receita pública em favor de particulares mitiga ou inviabiliza investimentos públicos em saúde, educação, segurança e obras de infraestrutura, fator que deteriora o ambiente competitivo que o estado deveria oferecer aos empresários que comungam da opinião de Paul O’Neill, esses sim, empreendedores autênticos.

Embora a competitividade possa ser artificialmente aumentada através da política de renúncia fiscal, trata-se de uma escolha com efeitos efêmeros, que resolve um problema a curto prazo, porém, cria diversos outros a médio e longo prazo. Cedo ou tarde as telhas retiradas das casas vizinhas farão falta, lembrem-se?

Assim, quando toleramos que tributos sejam renunciados pelo estado atendendo apelos ou ameaças de grupos restritos de empresários viciados em benesses fiscais, que pregam o caos social e econômico caso a fonte ameace mirrar, não fazemos em nome da competitividade, mas sim por conta de um falso conjunto de crenças e lendas fiscais que são encorajadas e difundidas por poderosas corporações e seus lobistas associados. A verdadeira competitividade é aquela que oferece a concreta possibilidade de crescimento econômico sustentável e inclusivo, possibilitando que toda a sociedade (repito: toda a sociedade!) se beneficie dos frutos desse crescimento.

A posição do Brasil no ranking da competitividade mundial demonstra claramente que estamos seguindo o caminho errado.

Tomaremos o rumo correto quando começarmos a impedir que nossas telhas sejam desviadas para cobrir o telhado vizinho.

**Cláudio Modesto**

Auditor fiscal e diretor jurídico do Sindifisco-GO

# 12 PILARES DA COMPETITIVIDADE

fórum econômico mundial - 2018



## RANKING DA COMPETITIVIDADE

ORDEM	PAÍS	NOTA
1	ESTADOS UNIDOS	85,6
2	CINGAPURA	83,5
3	ALEMANHA	82,8
4	SUÍÇA	82,6
5	JAPÃO	82,5
6	PAÍSES BAIXOS	82,4
7	HONG KONG SAR	82,3
8	REINO UNIDO	82,0
9	SUÉCIA	81,7
10	DINAMARCA	80,6
<b>72</b>	<b>BRASIL</b>	<b>59,5</b>

O Brasil é o 72º na posição geral do ranking da competitividade, dentre 140 países pesquisados.

Os números entre parênteses indicam a posição do Brasil no respectivo item.

Os 12 pilares possuem juntos 98 indicadores.

# Essencial

**É ESTAR  
CONECTADO**



Seguir o Sindifisco nas redes sociais é contar com conteúdo e informação para compartilhar sobre o melhor para a nossa sociedade.